MEIO AMBIENTE, MODOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CONCEITUAL

Janari Rui Negreiros da Silva¹

Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas

janari@cefetam.edu.br

RESUMO

Esta investigação suscita a necessidade de reflexão acerca da trajetória histórica entre os modos de produção, trabalho e meio ambiente e suas conseqüências oriundas da crise ambiental instalada no contexto da sociedade capitalista, condição que aponta para a degradação dos variados recursos naturais esgotáveis e inesgotáveis. Nesse sentido, analisamos tais imbricações, a partir das diversas características estruturais desses modos de produção, das relações de trabalho, materializados no modelo produtivo vigente, explicitando, assim, suas diversas conseqüências sobre os ecossistemas terrestres.

Palavras-chave: meio ambiente; modos de produção; trabalho.

ABSTRACT

This research raises the need for reflection on the historical path between modes of production, labour and environment and its consequences from the environmental crisis installed in the context of capitalist society, a condition that points to the degradation of various exhaustible and inexhaustible natural resources. In that sense, analyze such connections, from the various structural characteristics of these modes of production, relations of work, materialise in the current production model, explaining thus its various consequences on terrestrial ecosystems.

Key works: environment; modes of production; labor.

¹Professor vinculado ao CEFET-AM. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

INTRODUÇÃO

Segundo Coggiola (1986), o homem apareceu na Terra há aproximadamente quinhentos mil anos. Nessa época era um animal mais desenvolvido que os outros, mas não dominava o cultivo da terra e quase não sabia fabricar instrumentos. Não dominava a natureza, era dominado por ela. Se havia comida (frutos, animais etc), comia. Se havia frio ou chuva, era obrigado a agüentar porque ainda não sabia fazer casas.

Hoje, domina a construção de casas para se abrigar, cultiva a terra para produzir e armazenar comida. Faz ferramentas para construir barcos; tratores para lavrar; caminhões e trens para transportar os produtos e pessoas; máquinas para gerar eletricidade; aviões.

Pouco a pouco a sociedade humana aprendeu a conhecer a natureza, a servir-se dela e a pô-la a seu serviço e explorar suas riquezas. Criou bens materiais cada vez mais importantes para satisfazer suas necessidades: ferramentas, máquinas, fábricas etc. Ou seja, progrediu materialmente.

O homem tinha um cérebro mais desenvolvido que o dos outros animais e andava sobre os pés, o que lhe permitia servir-se melhor das mãos. Com o trabalho, as mãos foram servindo de instrumento, foram-se aperfeiçoando e o cérebro também. Com as mãos, fabrica utensílios para arranjar mais alimentos. É pouco a pouco passou a estabelecer uma relação interacionista com o meio ambiente.

O trabalho é a base da vida social. O homem não poderia existir sem trabalhar. Com seu trabalho, transforma a matéria-prima para melhorar sua vida. Ou seja, trabalha para produzir bens materiais.

A sociedade humana passou por vários processos de relações produtivas, que vão do comunismo primitivo ao escravismo, feudalismo, até o mais degradante e recente: o capitalismo.

1. SÍNTESE DOS VARIADOS MODOS DE PRODUÇÃO

A comunidade primitiva ou comunismo primitivo foi a primeira fase ou primeira forma histórica de organização da humanidade. Esse regime existiu em toda a parte do planeta há dezenas de milhares de anos. Durante esse longo período, o homem desenvolveu várias técnicas de aperfeiçoamento e criação de instrumentos.

No início eram ferramentas grosseiras feitas de pedra, de madeira, de chifres ou de ossos. Com o fogo, passou a usar utensílios de madeira e de metais. Esses apetrechos foram aperfeiçoados e cuidadosamente acabados. Apareceram novos meios de trabalho: arco e flechas, barco e outros.

Nessa época da humanidade, como eram fracos os instrumentos de produção, os homens só podiam resistir às forças da natureza se agissem em conjunto. Na sociedade primitiva formavam grupos coletivos chamados clãs. Eles cultivavam em comum da terra, com utensílios comuns; as habitações, que os protegiam do mau tempo e dos animais ferozes, eram comuns. Os produtos do seu trabalho eram distribuídos em partes iguais.

As forças produtivas herdadas da sociedade primitiva continuaram a desenvolver-se na escravista. O desenvolvimento dessas forças, a divisão ainda maior do trabalho social e a troca aumentaram a desigualdade de riqueza. De um lado havia os ricos que tinham os animais de trabalho, os instrumentos de produção, o dinheiro. Do outro, os pobres, cuja situação era cada vez mais difícil e que eram obrigados a pedir emprestado aos ricos. Apareceu então a usura, os devedores e os credores. Formou-se a grande economia escravista. Os ricos possuíam centenas de milhares de escravos. Apoderaram-se de imensas terras que constituíam os latifúndios, onde trabalhavam as levas de seres nessa condição. (MARX, 1985)*

* Traduzido em 1985 por Gesner de Wilton Morgado.

Na sociedade escravista as relações de produção eram assim: os meios de produção, tal como os homens, eram propriedade do senhor. O escravo era considerado como um instrumento.

Por um tempo essas relações favoreceram as forças produtivas. Por meio da exploração, o mundo antigo conheceu um grande desenvolvimento; foi com milhares e milhares de escravos que enormes obras de irrigação, portos e estradas foram construídas, nessa época.

Mas o modo de produção escravista era contraditório. Primeiro, a forma de exploração que existia destruía a principal força produtiva: os escravos. Como a economia se assentava sobre essa força de trabalho feita na guerra, eram necessárias guerras constantes, que acarretavam enormes despesas. Por outro lado, os camponeses e artesãos arruinavam-se devido à concorrência do trabalho escravo.

Os desdobramentos dessa sociedade acabaram por destruir o escravismo e criar uma nova: o modo de produção feudal. As forças produtivas continuaram a se desenvolver. Nesse período foi inventado o papel, a tipografia e houve grandes progressos na tecelagem. O trabalho passa a ser nesse contexto cada vez mais especializado. As cidades passam a crescer devido ao intenso comércio e ao progresso dos artesãos. Nesse contexto, a ação antrópica passa a exercer tênue pressão sobre os ecossistemas.

As relações de produção feudal eram baseadas na propriedade do senhor sobre a terra e num grande poder sobre o servo. Esse trabalhava uma parte do tempo para ele mesmo e a outra para o senhor feudal. Quando criava o produto necessário para a sua subsistência e de sua família, trabalhava para si próprio. Quando o seu trabalho servia para arranjar produtos para pagar as rendas e os impostos ao senhor e quando ia trabalhar nas terras do senhor, fazia uma atividade adicional, ou seja, um trabalho além do necessário à sua subsistência. Durante o tempo de trabalho adicional, o servo criava um produto de sobra, um subproduto do qual o senhor tomava posse. Esta forma de exploração dos camponeses é o aspecto principal do feudalismo.

Num determinado momento, as relações de produção feudais começaram a entrar o desenvolvimento das forças produtivas. Nos campos, a exploração aumentava e por isso, o rendimento da agricultura era cada vez mais baixo. O crescimento da produtividade do trabalho dos artesãos nas cidades era retido pelos regulamentos que havia. O desenvolvimento das próprias cidades era impedido pelo feudalismo.

As relações de produção feudais já não serviam; precisavam ser revistas, porque o desenvolvimento das forças produtivas pedia novas relações de produção. Na realidade, na cidade feudal começaram a aparecer relações de produção capitalistas, ou seja, os comerciantes que compravam produtos num lugar e vendiam noutro.

Os produtores ficaram dependentes dos mercadores, de seu capital comercial. O dinheiro e outros bens acumulados que podem reproduzir-se. Esse aumento é devido ao lucro. E o lucro é devido à exploração da força de trabalho dos trabalhadores, bem como a retirada de matéria-prima de redutos naturais.

Entretanto, o comércio aumentou e estendeu-se para o campo internacional. Cresceu a necessidade de produtos para comercializar. O artesanato, baseado na produção individual, não podia satisfazer essas necessidades. Apareceu então, a manufatura que substituiu as oficinas dos artesãos. Nesse contexto, a relação homem/natureza materializava-se de forma fragmentária.

Com efeito, a manufatura precisava que o operário fosse livre. Com isso, tornou-se então necessário substituir as relações de produção feudais pelas relações de produção capitalistas. Isso ocorreu por meio de revoluções em que os servos e os cidadãos pobres guiados pela burguesia eram a principal força combativa.

As forças produtivas no capitalismo têm como principal aspecto grande produção mecânica e em série. Na sociedade capitalista, em vez de manufaturas aparecem enormes fábricas, laboratórios e grandes explorações minerais.

Tais forças produtivas levaram ao domínio do homem sobre as forças da natureza. Foi o desenvolvimento das máquinas, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da exploração de continentes inteiros. O capitalismo faz mais em dois séculos para o desenvolvimento das forças produtivas do que todas as sociedades anteriores.

Nesse regime, a classe burguesa possui todos os meios de produção: fábricas, transportes, terras, bancos etc. Vemos que nessa trajetória, a relação homem/natureza passa a se constituir em espoliativa, pois, o homem, com formas bem mais primitivas de produção, foi responsável pelo extermínio de um número incontável de espécies vegetais e animais. Como é o caso do Pau Brasil, de leões da África do Norte exterminados quando capturados para dar vazão às exigências da pax romana.

2. CONSOLIDAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, APROPRIAÇÃO DO TRABALHO E AS REAIS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A NATUREZA

O processo de devastação, devido à exploração dos recursos naturais, inicia-se, de forma mais aguda e objetiva, a partir da primeira Revolução Industrial. Nesse período, a produção requeria uma força de trabalho contínua, além de quantidades cada vez maiores de matéria-prima, extraídas da natureza para satisfazer o aumento da produção em todos os setores da cadeia.

Esse modelo macroeconômico é caracterizado pela acumulação de riquezas. E o processo de construção da riqueza se dá pela extração da mais valia. (MARX, 1985). O trabalho em suas várias dimensões, alienado ou não, torna-se a base de geração de bens de consumo e sua mundialização agrega a natureza como capital valorado via princípios da economia clássica. Tal condição acelera o processo de degradação ambiental.

O movimento ecológico, segundo Carneiro (2003), surgiu de uma idéia nova: a

Ecologia, em sua forma e filosofia atuais, é muito recente. Essas foram adquiridas somente em fins da década de 60 e princípios da de 70. As várias conferências internacionais sobre meio ambiente, organizadas pelas Nações Unidas, ajudam a divulgar tais idéias.

Sempre que analisamos a destruição do meio ambiente, é preciso recordar que vivemos em um regime guiado por uma divisão social do trabalho, onde a uns cabem as decisões e, a outros, o cumprimento de diretrizes previamente traçadas. Segundo Lopes (2004), é preciso lembrar que o caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação da natureza, seja em escala local e nacional, e dada à existência de uma divisão internacional do trabalho, em escala mundial.

Nesse sentido, faz-se necessário desmascarar no âmbito do político, o controle do aparato de Estado pelos interesses privados, que impõem determinados fluxos de atividades, formas de organização espacial, diretrizes de planejamento energético, deslocamentos demográficos, organização das atividades produtivas e de trabalho, opções que influenciam a vida de milhões de pessoas.

Desta forma, a discussão sobre a questão ambiental não pode ser reduzida aos marcos de uma relação socialmente pouco explicitada. O que na visão de Leff (2001), torna óbvia a existência de um caráter político, econômico, social e ideológico nessa questão. Óbvia também é a dificuldade crescente em analisar a questão ambiental sem envolver uma outra, relativa à forma de apropriação e de gerenciamento do dito capital natural.

A partir do momento em que as diretrizes traçadas pela apropriação da natureza levam setores cada vez mais amplos da sociedade a se posicionarem contra o que já se convencionou definir como devastação do meio ambiente, o que está em discussão é se a natureza deverá ou não continuar nas mãos do proprietário ou então haver uma reformulação geral na relação homem/natureza, pautada por princípios sócio-ambientais.

Diante disso, o geógrafo Ruy Moreira (1982) afirmava já no começo da década de 80, que:

separada dos meios de produção e, por conseguinte, do produto de seu trabalho, a massa de trabalhadores protesta contra o ar e a água poluídos, o absurdo dos descartáveis amontoados nas lixeiras, o enguiço freqüente dos eletrodomésticos comprados à prestação, o aluguel e o preço especulativo da terra, o desperdício dos alimentos pelas classes abastadas (...) a classe trabalhadora inconscientemente ou não, reage contra o uso de seu trabalho e da Natureza que fazem os que dela se apropriam. (p. 42)

Vemos na assertiva do autor, que a magnitude da questão ambiental não se reduz apenas às condições de vida que são impostas aos milhões que são obrigados a sobreviver em ambientes ecologicamente devastados. Esse problema se agrava pela espoliação pura e simples de imensos blocos territoriais, na forma de mega projetos hidroelétricos, agropecuários e de mineração.

Segundo Leff (2001), essas formas drásticas de organização das relações de trabalho e produção deslocam milhares de camponeses, expulsam nações indígenas inteiras e grupos extrativistas de seus locais tradicionais de assentamento, gerando um ônus social que não é contabilizado por esse modelo de produção ecologicamente irresponsável.

Portanto, é necessário revermos o conceito de desenvolvimento, o modelo atual do modo de produção firmado em postulados insustentáveis, como a fé no crescimento das forças produtivas, na desarticulação das relações de trabalho, no caráter inesgotável dos recursos naturais, na capacidade perene de acomodação de resíduos físico-químicos por ecossistemas; na crença na ciência e na técnica como categorias fundamentais na relação homem/natureza, no menosprezo pelas diferenças e na resignificação de práticas tradicionais ambientalmente responsáveis.

Nesse sentido, é fundamental combater a lógica desenvolvimentista, articulada à exploração do homem pelo homem, que legitima projetos como o Grande Carajás e hidrelétricas de Balbina (Amazonas), Tucuruí (Pará), condenados por seus impactos socioambientais. Além da expulsão e espoliação de camponeses, indígenas e ribeirinhos e liquidação, pelo fogo, de seringais e castanhais, savanas, bosques sobre os quais pouco conhecimento científico foi acumulado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, devemos ter clareza de que as forças que atuam na destruição do meio ambiente não dispõem apenas de um arsenal composto de expressões tecnocráticas. (LEFF, 2001). Essas manipulam, também, o verdadeiro caráter do meio ambiente, caso patente no apelo à natureza saudável, promovido por setores imobiliários ou à "pureza" das marcas comerciais da indústria de águas minerais, cuja existência é amparada na comercialização de um produto, a "água natural" que se torna economicamente viável devido à poluição de rios, lagos e mananciais, lógica predominante também no âmbito da região amazônica.

Por último, é preciso estar atento às estratégias articuladas pelas grandes empresas e pela tecnocracia estatal, que mesmo liberando verbas para demandas ambientais ou manifestando a sua "preocupação com o atual modo de produção" não escapam à sua lógica predatória, que para transformar a natureza em mercadoria é necessário primeiramente, destruí-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico*, Anais do IV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, 1980.

CARNEIRO, A. C. *A história do ambientalismo*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Vozes, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. *O que é a história da sociedade humana*. São Paulo: Ed. Global, 1986.

LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOPES, J. Sérgio e outros. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARX, Carl. *O Capital*. São Paulo: Ed. Melso Ltda, 1985.

MOREIRA, Ruy. *Geografia, ecologia, biologia: a totalidade homem-meio, in, Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis: Editora Vozes 1982.

TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VERNIER, Jacques. *Meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1994.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.